



PARALISAÇÃO É NACIONAL

Fortalecer a greve e conquistar nossas reivindicações

O Governo Dilma tem que negociar e atender a pauta salarial dos servidores federais

Desde 2003 não se via uma greve unificada e tão forte dos servidores públicos federais. Iniciada em 17 de maio pelos docentes das IFE (Instituição Federal de Ensino), com apoio dos estudantes, hoje se estende para vários setores em todo o serviço público federal. De norte a sul! Os docentes estão parados há mais de 70 dias e os demais servidores há mais de 40. Desde o governo FHC, seguido por Lula, os servidores públicos no Brasil são desvalorizados e desrespeitados, vendo seus direitos e seus salários cada vez mais reduzidos. Por isso, esse movimento!

É uma greve forte, contra a política econômica do governo que privilegia banqueiros e empresários, prioriza o pagamento de juros da dívida e promove isenções de impostos e o desmonte dos serviços públicos. Uma luta tão forte que levou os servidores a bloquearem o prédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pela primeira vez na história. Mas, Dilma se nega a atender a categoria e segue a cartilha da precarização dos serviços públicos e a desvalorização dos servidores, iniciada por FHC. Provavelmente, esse

se tornou hoje o seu livro de cabeceira.

Diante da luta dos servidores, o governo federal endurece: ameaça cortar o ponto e cria um decreto, o 7777/12, que permite a substituição dos federais em greve por servidores de estados e municípios e empresas terceirizadas. Ao mesmo tempo, não abre negociação com a maioria dos setores em greve. E não são poucos.

Além dos profissionais da Educação Federal, estão parados os funcionários da saúde, do IBGE e de várias instituições ministeriais como Inkra, Funai, MET (Ministério Público do Trabalho), Ibama, da Agricultura,

do Arquivo Nacional, do Datasus, Atasus, Rede Ferroviária Federal, Área Ambiental, Inmetro, das agências reguladoras e outros. São mais de 25 categorias de braços cruzados, além de várias outras que fazem paralisações pontuais e progressivas.

Diversos sindicatos que estão à frente dessa grande luta são filiados à CSP-Conlutas e a Central é parte integrante do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Federais, que organiza a unidade em torno da greve. É preciso exigir do Governo Dilma que abra negociação com todos os setores e atenda as reivindicações da categoria.



Renata Maffezoli

Governo endurece, mas não enfraquece a luta

O governo utiliza o argumento de que não pode dar aumento para não aumentar os gastos públicos, mas reverte 47,19% do PIB (Produto Interno Bruto) para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública com os banqueiros. Assim, mantém o arrocho salarial e precariza o trabalho do servidor público.

Por causa dessa forte greve, o governo foi obrigado a negociar com os

docentes. Porém, no mesmo momento em que apresentava a proposta na mesa de negociação, em outro prédio, dava uma coletiva para imprensa dizendo que este era um dos melhores aumentos já vistos. Tudo mentira! Uma cena midiática para iludir a população. Entretanto, a manobra não colou e os docentes rejeitaram a proposta por unanimidade. Por isso, foi marcada outra negociação, que durou cinco horas, e apresentou algumas

mudanças na proposta anterior.

Desta vez apenas aumentou, ligeiramente, os recursos disponíveis, mas manteve o parcelamento em três anos. Com isso, promoveu alguns ajustes na tabela, mantendo ainda a desestruturação da carreira e as perdas salariais, considerando a previsão inflacionária entre 2010 e 2015. Essa proposta fere a autonomia universitária, ao impor barreiras no desenvolvimen-

to da carreira incompatíveis com a atividade acadêmica. Ou seja, a proposta continua vergonhosa!

Por este motivo, os docentes a estão rejeitando em assembleias por todo o país. Enquanto as entidades ANDES-SN e o Sinasefe, ligadas à CSP-Conlutas, se posicionam contra a proposta apresentada, infelizmente, o Proifes, entidade ligada à

CUT, aceita a proposta, o que revela seu perfil pró-governista e sua intenção de dividir a categoria. É preciso que os docentes exijam que a CUT chame essa entidade a rejeitar a proposta do governo e a fortalecer a greve, já que onde tem diretorias do Proifes, como Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul, os docentes também estão rejeitando a proposta.

Negociação e atendimento das reivindicações já!

Crise na Europa não justifica política de arrocho do governo

Dilma gasta muito mais com banqueiros e empresários, do que com saúde, educação, saneamento e transporte públicos

O governo Dilma tenta enganar o povo. Para uns diz que o Brasil está em pleno crescimento e estimula o consumo, concedendo incentivos fiscais, como a isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) às empresas. Ou seja, está deixando de receber milhões em impostos e isentando as empresas de pagá-los, portanto, deve mesmo estar muito bem de caixa.

Porém, quando se trata dos servidores em greve, o governo diz que não pode conceder o reajuste salarial reivindicado por causa da crise na Europa. Alega que o aumento nos gastos públicos pode quebrar a economia brasileira. O que o governo Dilma não explica é, que se isso é verdade, por que dispensa 47,19% do PIB para o pagamento dos juros e amortizações da dívida?

Na realidade, os argumentos do governo federal têm a ver com suas prioridades. Recentemente, a Auditoria Cidadã da Dívida publicou comparativos das previsões orçamentárias da União. Enquanto o governo gasta 47,19% do PIB com os juros e as amortizações

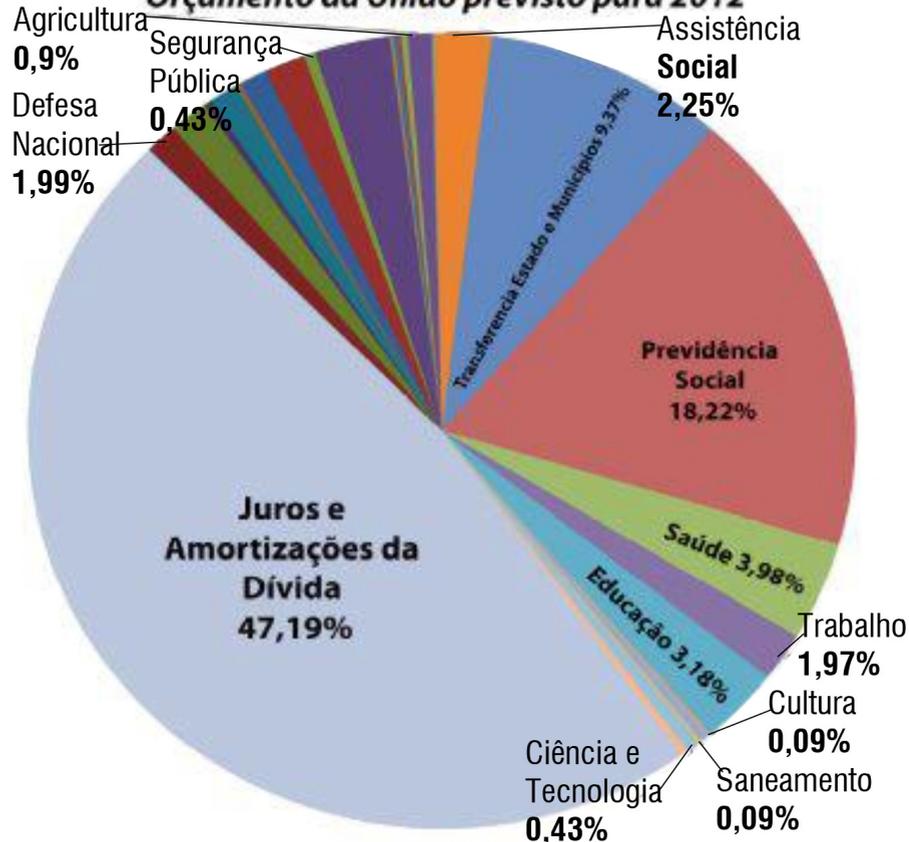
da dívida pública, pasmem, ele gasta 3,18% com a educação e 3,98% com a saúde. Por isso, as universidades públicas estão caindo aos pedaços, não se investe em pesquisa e muito menos na carreira e nos salários de seus profissionais. Por isso, a saúde pública no Brasil é uma vergonha e temos milhares de pessoas morrendo nos leitos dos hospitais ou por falta de atendimento e medicamentos.

O que o governo Dilma precisa fazer é fechar a cartilha de FHC, de como lidar com os serviços públicos, e investir nesta área. Afinal, não seremos um país de primeiro mundo, se não houver investimento na educação, em saúde, na previdência, no transporte e no saneamento públicos.

É preciso ainda lembrar que o orçamento para a dívida cresceu da previsão de 2011 para 2012. Se em 2012 foi de 47,19%, em 2011 foi de 45,05%. Ou seja, não satisfeito com a dinheirama que estava dando aos banqueiros, no ano passado, o governo resolveu dar mais um pouquinho. Que tal se transferisse esses índices para os serviços públicos?

Prioridades do Governo Federal

Orçamento da União previsto para 2012



Governo publica decreto que permite substituir servidores em greve

Antes de embarcar para Londres, onde acompanha a abertura dos Jogos Olímpicos, a presidente Dilma Rousseff deu mais uma demonstração de autoritarismo do governo federal e assinou o decreto nº 7.777/12, que autoriza a substituição dos servidores federais em greve por empresas terceirizadas e por servidores de áreas equivalentes, dos estados e municípios.

Além de ferir o direito de greve no funcionalismo público, o decreto ainda ameaça, com punição disciplinar, as chefias que não cumprem os prazos e procedimentos estipulados. O disposto no texto tem validade desde o último dia 25. Quem diria! Uma presidente que foi perseguida, presa e torturada pela ditadura dos governos militares burgueses, e sucessora de um sindicalista,



Tropa cria barreira entre prédio e servidores na frente do MPOG

agora ataca trabalhadores em greve tentando restringir-lhes o direito constitucional de lutar por melhores salários e condições de trabalho.

Para a CSP-Conlutas, esse decreto, além de inconstitucional, é

uma violência ao direito legítimo e legal de greve no funcionalismo e demonstra, mais uma vez, a postura intransigente, desrespeitosa e autoritária do governo Dilma Rousseff no trato com os servidores públicos.

Todo apoio à luta dos trabalhadores da GM contra demissões

A unidade da GM de São José dos Campos planeja demitir 1.500 trabalhadores e fechar um setor inteiro. No Brasil, as montadoras são fartamente privilegiadas pelo Governo Federal. O governo já deixou de cobrar R\$ 26 bilhões em impostos dessas empresas, em razão do pacote de isenção fiscal.

A GM está usando a parte que lhe coube desses benefícios para enviar verbas para a matriz, nos EUA, onde a empresa viveu uma grave crise, e realizar as demissões dos trabalhadores no Brasil. A CSP-Conlutas apoia a luta dos metalúrgicos da GM contra as demissões!

O Governo Federal deveria exigir que as montadoras garantissem a manutenção dos postos de trabalho. Não é possível que empresas multinacionais sejam subsidiadas pelo governo brasileiro e ainda demitam em massa em suas unidades.